

# SER Social

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL  
Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

## Resistências de povos e comunidades tradicionais ante o Estado e a colonialidade

*Resistance of traditional people and communities to the  
State and coloniality*

*Resistencia de los pueblos y comunidades tradicionales al  
Estado y la colonialidad*

Josiane Carine Wedig<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-4569-6956>

João Daniel Dorneles Ramos<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-5531-2325>

Recebido em: 21/12/2022

Aprovado em: 13/07/2023

1 Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestrado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Pós-Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (PPGAS/Unicamp). Professora do Departamento de Ciências Humanas e da Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGDR/UTFPR). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6707055287046591>>. E-mail: <josiwedig@gmail.com>.

2 Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestrado em Sociologia. Doutorado e Pós-Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1237451314892734>>. E-mail: <jodorneles@gmail.com>.

**Resumo:** Neste artigo, discutimos como o colonialismo operou e segue operando formas de violência sobre os povos e as comunidades tradicionais, coletivos que resistem aos processos de sobrecodificação de seus territórios pelo Estado e pelos detentores do capital e lutam pelo acesso a direitos e pelo reconhecimento de seus modos de existência. Nos últimos anos, foram elaboradas legislações e convenções estaduais, nacionais e internacionais que tratam de questões relativas a tais povos; no entanto, elas não têm garantido que seus territórios sejam demarcados. Pelo contrário: políticas estatais de ampliação do extrativismo e das monoculturas têm avançado, dismantelando seus territórios de vida. A pesquisa etnográfica que dá base a este artigo foi realizada junto à Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná – organização que agrega indígenas, quilombolas, faxinalenses, cipozeiros, ilhéus, pescadores artesanais e benzedeiras –, buscando compreender suas formas de resistência à colonialidade.

**Palavras-chave:** territórios; colonialismo; governamentalidade; modos de existência.

**Abstract:** In this article, we discuss how colonialism operated and continues to operate forms of violence against traditional peoples and communities. These collectives resist the overcoding processes of their territories by the State and by capital holders; and fight for access to rights and recognition of their modes of existence. In recent years, legislation and conventions, national and international, have been drawn up that deal with issues related to these peoples, however, they are not guaranteed that their lands will be demarcated. On the contrary, state policies to expand extractivism and monocultures have advanced, dismantling their living territories. The ethnographic research on which this article is based was carried out with the Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná – an organization that brings together indigenous people, quilombolas, faxinalenses, cipozeiros, slanders, artisanal fishermen and healers –, seeking to understand their forms of resistance to coloniality.

**Keywords:** territories; colonialism; governmentality; modes of existence.

**Resumen:** En este artículo, discutimos cómo el colonialismo operó y continúa operando formas de violencia contra los pueblos y comunidades tradicionales. Estos colectivos resisten los procesos de sobreco-

dificación de sus territorios por parte del Estado y por accionistas; y luchan por el acceso a derechos y el reconocimiento de sus modos de existencia. En los últimos años se han elaborado legislaciones y convenciones, nacionales e internacionales, que tratan temas relacionados con estos pueblos, sin embargo, no se les garantiza que sus territorios serán demarcados. Por el contrario, las políticas estatales de expansión del extractivismo y los monocultivos han avanzado, desmantelando sus territorios vivos. La investigación etnográfica en la que se basa este artículo se realizó con la Red Puxirão de Pueblos y Comunidades Tradicionales de Paraná, una organización que reúne a pueblos indígenas, quilombolas, faxinalenses, cipozeiros, isleños, pescadores artesanales y curanderos, buscando comprender sus formas de resistencia a la colonialidad.

**Palabras clave:** territorios; colonialismo; gubernamentalidad; modos de existencia.

## INTRODUÇÃO

Neste artigo, analisamos aspectos da relação dos povos e das comunidades tradicionais com o Estado, discutindo como a violência colonial operou formas de expropriação territorial, genocídio e escravidão sobre tais coletivos. O acontecimento da “descoberta” da América, em 1492, marca o início de um período de extrativismo dos corpos, das florestas, da terra e dos minérios, que segue em um fluxo cada vez mais amplo e intenso (SVAMPA, 2019). A organização política atual de povos e comunidades tradicionais no Brasil, portanto, nos remete a uma luta de mais de cinco séculos de enfrentamento contra o colonialismo (LANDER, 2005). As resistências dos referidos coletivos ocorreram em diferentes espaços e temporalidades, em que defenderam seus modos de vida diante de uma constante tentativa de apropriação de seus territórios pelo Estado e pelos grupos hegemônicos que concentram capital.

No Brasil, há diversas organizações de povos e comunidades tradicionais que reivindicam do Estado a ampliação de instrumentos jurídicos e de políticas sociais e o reconhecimento de suas territorialidades. Da mesma forma, em vários outros países, povos indígenas, comunidades negras e outros coletivos tradicionais têm se organizado

para reivindicar seus direitos junto aos respectivos Estados nacionais (ESCOBAR, 1999; SVAMPA, 2019). Na análise que segue, consideramos alguns dispositivos legais produzidos, nas últimas décadas, pelo Estado e pelos organismos internacionais, a saber: legislações e convenções que tratam de questões relacionadas aos citados povos, principalmente no que tange aos seus territórios.

Propomos analisar os referidos ordenamentos jurídicos acerca dos povos e das comunidades tradicionais a partir do conceito de *governamentalidade*, que atua por meio da gestão e do avanço das tecnologias de poder e de controle sobre as populações (FOUCAULT, 2008). As regulamentações feitas pelo Estado buscam instituir formas unificadoras, limitantes e normatizadoras sobre a vida e sobre os territórios de tais coletivos, que são, em geral, elaboradas sem a participação das partes interessadas. Frequentemente, ocorre a tentativa de desmonte dos modos de existência dos povos da terra, visto que, sobre eles, é imposto outro tipo de codificação, regido pelo Estado, que integra as terras desses coletivos à propriedade privada, aos títulos fundiários e ao mercado (KRENAK, 2019).

A análise que aqui apresentamos é o resultado de uma pesquisa etnográfica, realizada junto à Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná (WEDIG, 2015), que foi desenvolvida a partir da observação participante, pois frequentamos o campo de forma regular durante os anos de 2012 a 2014, buscando saber “quem são e o que fazem os atores, por que e como, com quem e em vista de qual ou quais experiências eles depreendem suas ações” (CEFAÏ; VEIGA; MOTA, 2011, p. 10). Participamos das reuniões bimestrais da Rede Puxirão, que ocorreram na sede da Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná (Rureco), no município de Guarapuava (PR). Além disso, acompanhamos outras reuniões locais, regionais, nacionais e internacionais das quais participavam lideranças de povos e comunidades tradicionais do País.

Entendemos que as reuniões criam espaços de sociabilidade, que contribuem para a consolidação de redes de relações das organizações (COMERFORD, 1999). Nelas, realizam-se trocas de experiências e estabelecem-se relações de alteridade, em que diferentes perspectivas e modos de vida se conectam. A ação coletiva da Rede Puxirão e dos demais povos e comunidades tradicionais depende da relação intensiva de alteridade, em que o modo de fazer política coloca mundos diferentes em

contato. Compreendemos que tais espaços de articulação se encontram cruzados ou atravessados por elementos das sociabilidades cotidianas, que entram em conexão e que compõem os espaços entendidos como mais formais ou institucionais.

Estivemos presentes, também, em encontros específicos dos segmentos e em atividades de representação nos conselhos e nas comissões paritárias no Estado em que tais coletivos estão envolvidos. Nessas ocasiões, realizaram-se entrevistas e diálogos diversos, que foram sistematicamente registrados em diário de campo, gravados e, posteriormente, transcritos. Ademais, analisamos documentos produzidos pelos segmentos e pelas organizações que apoiam a Rede Puxirão, como, por exemplo, atas, fôlderes de divulgação, cartas, fascículos do Projeto Nova Cartografia Social, materiais de cursos de formação, imagens, dentre outros. Dessa forma, o estudo da Rede Puxirão permitiu compreender como uma organização coletiva específica se insere em um cenário mais amplo de reivindicações e como tem ocorrido (ou não) o reconhecimento dos povos e das comunidades tradicionais. Mediante a análise de documentos e intervenções públicas, é possível perceber como as relações com o Estado ocorrem a partir de negociações e confrontos (WEDIG, 2021).

## **COLONIALISMO E ESTADO: EXPROPRIAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Conforme afirmou Enrique Dussel (1993), a violência colonial fomentou o encobrimento dos povos não europeus. Os colonizadores passaram a narrar e escrever a história dos territórios como suas epopeias, o começo absoluto, invisibilizando os diversos povos que, há milhares de anos, os habitavam. A partir desse acontecimento, a Europa e suas elites religiosas, militares e monárquicas instituíram formas de controle sobre as terras e os povos, por meio da propriedade privada e da escravidão. Também Frantz Fanon (2005) analisou como o colonialismo, a partir da violência perpetrada pelo Estado, investiu na destruição das formas de vida e de pensamento dos coletivos que habitavam os territórios que foram colonizados. Tal sistema de subalternização teve como base a ideia de raça, que inaugurou a classificação da população mundial, atribuindo uma suposta diferença de estrutura biológica, que

foi associada à inferiorização de uns em relação a outros, respectivamente, não europeus e europeus (QUIJANO, 2005).

Dessa maneira, a lógica eurocêntrica instituiu a classificação racista dos coletivos, atribuindo humanidade apenas aos sujeitos de seu próprio continente, enquanto que, sobre os demais povos do mundo, foram estabelecidas hierarquias, classificando-os como selvagens e primitivos, ou seja, desumanizando-os. O racismo, que caracteriza a era colonial, passou a ser uma das bases principais de estratificação nas sociedades colonizadas. Tal exploração, pelas forças coloniais, causou o genocídio de povos indígenas e a escravização de povos africanos, que foram violentamente arrancados de suas terras para realizar trabalho forçado nas *plantations* (KILOMBA, 2019). Trata-se de um sistema de poder e de produção que está ligado à acumulação capitalista, a partir do controle estatal e imperial sobre os seres e os territórios. É sempre importante lembrar que a apropriação colonial da terra ocorreu por meio de leis produzidas pelas elites colonizadoras, que instituíram regras de controle sobre outras formas de vida.

Além disso, trata-se de um sistema que forjou, violentamente, as instituições modernas e produziu uma divisão geopolítica entre o que foi considerado centro (a Europa) e a periferia (os demais lugares do planeta e seus coletivos). Os Estados monárquicos e cristãos (posteriormente, liberais e neoliberais) estabeleceram práticas de extrativismo (SVAMPA, 2019) e de divisão social, racial, sexual e internacional do trabalho (WALLERSTEIN, 2001). Ademais, expropriaram as terras indígenas e instituíram a propriedade privada, cujos acesso e herança passaram a ser garantidos apenas para os homens brancos, cristãos e com posses, que concentravam também o poder político (FANON, 2005). Tais formas de violência foram a base do acúmulo de riqueza dos colonizadores e do empobrecimento dos colonizados. Portanto, é dessa forma que a modernidade eclode a partir do século XV, com o estabelecimento do sistema do mundo moderno colonial (WALLERSTEIN, 2001; QUIJANO, 2005).

Conforme apontou Fanon (2005), com o colonialismo, enquanto os países que foram subdesenvolvidos atravessam situações de uma geografia da fome, as elites dos países colonizadores (do norte global) mergulham na opulência ostensiva, que foi construída sobre as costas dos escravizados e da riqueza retirada do solo e do subsolo das regiões colonizadas (do sul global). Foi, portanto, o extrativismo de corpos e

territórios que ocasionou, por um lado, a concentração de lucros enormes e, por outro, misérias extremas. Ao longo de séculos, tais atrocidades eram escamoteadas por meio de narrativas oficiais, em nome daquilo que definiam como civilização, progresso, crescimento e desenvolvimento. Noções que foram difundidas com base na concepção da flecha do tempo única e linear, que partia das sociedades classificadas pelo colonialismo como “primitivas” para as sociedades “modernas”, cujo ponto de chegada consiste daquelas euro-norte-globais (STENGERS, 2009). Assim, a Europa decretava-se como modelo de uma história universal (DUSSEL, 1993).

Para Maria Lugones (2014, p. 936), o colonialismo e a colonialidade infiltraram-se em cada aspecto da vida, no extrativismo dos territórios e na consequente expropriação da terra e daqueles que nela viviam, pela circulação do poder nos níveis dos corpos, no controle do trabalho e na imposição das leis criadas pelo colonizador. Para a autora, o homem europeu “colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão”, que se colocou em oposição aos povos da América e da África, que foram classificados como não humanos. As instituições modernas, pautadas nessas estruturas e normas legais coloniais, perpetuam desigualdades e opressões interseccionais de raça, gênero e classe (CRENSHAW, 2004; DAVIS, 2016), que incidem em sérias consequências para os povos da terra, que foram perdendo o direito de permanecer em seus territórios de vida, que incluem uma diversidade de modos de existência.

Nos termos de Fanon (2005), a história da colonização é de pilhagem, roubo e violação. Tal sistema segue explorando os países do sul global e operando sobre codificações (DELEUZE; GUATTARI, 1997) às diversidades dos seres, difundindo a produção monocultural, gerando práticas de controle e destruição. Desde meados do século XX, setores ligados ao capital financeiro nacional e internacional intensificaram e aceleraram o processo de transformação dos seres, definidos como natureza, em “recursos” e *commodities*, por meio do avanço das monoculturas, da construção de grandes projetos de desenvolvimento e pela ampliação da mineração, fortemente apoiados por políticas e legislações de Estado (SVAMPA, 2019). Ailton Krenak (2019, p. 9) discute como o avanço da modernização jogou as pessoas do campo e da floresta para que fossem viver em periferias urbanas e virar mão de

obra industrial. Por meio desse processo, “as pessoas foram arrancadas de seus coletivos” e “de seus lugares de origem”.

Tudo isso gerou inúmeros e graves problemas, dentre os quais podemos citar o êxodo rural, a maior concentração de terras nas mãos de poucos donos, o desmantelamento de comunidades rurais, a perda da biodiversidade, a ampliação das áreas desertificadas e a contaminação dos alimentos, da água, do ar e do solo, além dos diversos problemas de saúde. Para os povos que sofreram a violência colonial, a terra e seus modos de uso comum são essenciais. No entanto, desde o colonialismo, ela vem sendo usurpada e transformada em mercadoria. Diante disso, esses diversos povos lutam para manter seus territórios e para a continuidade de seus modos de existência.

No contexto brasileiro, tais povos, que vivem *na* e *da* terra, constituíram suas relações territoriais em diferentes temporalidades. Como pudemos observar durante a pesquisa de campo, em encontros nacionais, são coletivos que se autodenominam por meio de uma diversidade de termos locais, como, por exemplo, indígenas, quilombolas, seringueiros, assentados e acampados da reforma agrária, pescadores artesanais, ribeirinhos, dentre outros. Constituem, portanto, uma multiplicidade de povos que têm uma intensa relação com a terra, a água e a floresta e que compõem suas cosmologias e seus modos de vida. Eles seguem enfrentando as violências perpetradas pelo Estado e por empreendimentos do capitalismo moderno, fundamentalmente nas inúmeras formas de extrativismo da mineração, do agronegócio, das barragens, dentre outras.

Na próxima seção, abordaremos de que modo os referidos coletivos reivindicam a garantia de direitos, numa intensa e complexa relação com o Estado, diante dos contextos de perda das suas territorialidades. Como veremos, os povos e as comunidades tradicionais acionam categorias políticas de identificação e, ainda, dispositivos legais, na experimentação de outros modos de operar formas de resistência.

## **RELAÇÕES COM O ESTADO E LUTAS POR DIREITOS**

É importante considerarmos que as lutas empreendidas por esses povos foram constantes desde o início do colonialismo e, nas últimas décadas, suas ações coletivas remetem à categoria política de povos e comunidades tradicionais, que englobam diversos grupos sociais



que defendem seus respectivos territórios. Em distintas ocasiões de encontros coletivos, ouvimos as lideranças desses povos fazerem referência ao argumento de que tal nomeação implica, para os grupos que a assumem, a possibilidade de ocuparem espaços diante de instituições internacionais e estatais e, ainda, no âmbito das suas relações locais com seus vizinhos, com outros grupos e nas alianças que constroem entre eles. Cabe salientar que o tradicional, aqui, não se refere a uma unidade ou um sentido ligado ao passado, nem a laços primordiais ou essencialistas, mas designa modos de identificação que são redefinidos nos processos constantes de mobilização política pelos seus territórios e por seus modos de vida específicos.

A dinâmica político-organizativa desses grupos se sobressai na constituição de identidades coletivas, para fazer frente aos antagonistas (ALMEIDA, 2010). Seus enfrentamentos atuais se opõem à expropriação que ocorre por parte de setores do agronegócio e da mineração, focados na produção de *commodities* e apoiados pelo Estado e por organismos multilaterais. Conforme apontam Escobar e Pardo (2005), a partir do início da década de 1970, grupos indígenas de diferentes territórios da América Latina renovaram com maior vigor a luta pelas suas próprias existências, exigindo direitos específicos diante de investidas cada vez mais intensas do avanço das monoculturas agrícolas e do extrativismo de minérios.

Os modos de vida dos povos e das comunidades tradicionais são irreduzíveis às formas hegemônicas fomentadas pelo Estado, o que não quer dizer que elas ocorram de forma independente, mas a partir de enfrentamentos e negociações, num campo de perpétua interação (DELEUZE; GUATTARI, 1997). Em distintas reuniões que acompanhamos, durante a pesquisa de campo, ouvimos frequentemente que – para os coletivos – o Estado é considerado, simultaneamente, um adversário e um interlocutor. Por um lado, as lideranças assinalavam que tal instituição impõe mecanismos legais e de violência que matam os povos, por meio de suas políticas genocidas sobre os territórios: mediante a transformação das terras comuns em áreas para a produção de *commodities*, o extrativismo de minérios e a construção de grandes empreendimentos de infraestrutura, além de instituir reservas de preservação ambiental. Por outro lado, o Estado é visto como uma entidade que pode garantir direitos territoriais, demarcações de terras e acesso a outras políticas públicas específicas.

Desse modo, conforme salientam os citados coletivos, o Estado brasileiro atua, por um lado, por intermédio dos seus agentes, das suas leis e dos seus projetos de desenvolvimento, como um aliado de setores hegemônicos do capital, que avançam sobre os territórios tradicionais. Em outras ocasiões, é visto como um ente que poderia garantir direitos e reconhecimento, conforme consta em instrumentos jurídicos, podendo elaborar e estabelecer políticas públicas cruciais para assegurar os modos de vida desses povos (WEDIG, 2015; 2021). No Brasil, assim como ocorre em outros países da América Latina, em muitos casos, o Estado segue impedindo que se garantam os direitos territoriais e de existência dos povos do campo, das águas e das florestas. Diante das formas de expropriação que vêm sofrendo, eles reafirmam seus territórios como espaços de vida e de organização e, neste sentido, declaram, em seus documentos, que o “território não se negocia, não se vende e não se troca”<sup>3</sup>.

Os direitos de tais povos vêm sendo discutidos em nível nacional e internacional. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 define que ao Estado cabe a demarcação das terras de indígenas e quilombolas (respectivamente, os artigos 231 e 232 e, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o artigo 68), estendendo-se o mesmo entendimento a outros coletivos, na necessidade de que tenham suas diferenças étnicas e seus modos de vida respeitados. Como complemento à citada legislação, o Decreto nº 6.040/2007 reconheceu o direito dos povos e das comunidades tradicionais no que tange à sua identidade cultural e à permanência em seus territórios. Outro marco importante em tal âmbito é a Convenção nº 169/1989 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que se refere aos “povos tribais”, cujo dispositivo foi, pela legislação brasileira, equiparado ao direito das comunidades tradicionais, de modo a envolver grupos socialmente diversos, como seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco, ribeirinhos, faxinalenses, comunidades de fundos de pasto, dentre outros.

Neste sentido, os referidos dispositivos jurídicos incluem “uma infinidade de povos e comunidades tradicionais” (SHIRAISHI NETO, 2007, p. 46). No entanto, frequentemente, as lideranças desses coletivos mencionavam que as possibilidades de participação nas instâncias de decisão estatal são extremamente diminutas e invisibilizadas de

3

Carta dos povos e das comunidades tradicionais, elaborada como documento final do Seminário de Luziânia (GO), em 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3Om6uJ8>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

diferentes formas. Salientavam que, em geral, seus direitos formalmente reconhecidos funcionam a partir de condicionalidades impostas pelo Estado (WEDIG, 2021), o que pode ser entendido pelo princípio da governamentalidade sobre tais povos, quando as legislações nacionais e o sistema jurídico internacional produzem sobrecodificações das lutas desses grupos por reconhecimento em nome do controle das populações e da captura de seus territórios ancestrais.

Verificamos que, no Brasil, os povos e as comunidades tradicionais têm criado espaços de participação nas instâncias estatais, algumas vezes por meio de representações políticas próprias, para que sejam possíveis os embates e os diálogos. Uma dessas formas de representação foi criada em 2004, a saber: a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), para propor políticas públicas para tais coletivos. No acompanhamento dos encontros da CNPCT, percebemos que ela se constituiu como um lugar de troca de experiências políticas de luta, realizada entre integrantes de diversos povos, em que ocorria uma mútua apreensão de discursos e práticas, permitindo a construção de redes de relações e de interconhecimentos sobre seus modos de vida.

A CNPCT, mesmo sendo uma criação oficial do Estado, com suas lógicas de funcionamento e pautas previamente estabelecidas, acabou sendo um espaço onde os integrantes de povos e comunidades tradicionais interagem, passam a se conhecer e a reconhecer as suas situações de conflito, falam de suas experiências locais e, com isso, criam formas de ação política e de pressão ao Estado, reivindicando a ampliação de políticas públicas e a efetivação daquelas já existentes. De certo modo, ao ocuparem o espaço, passam a subverter as lógicas da organização estatal e a construir, dentro dela, relações micropolíticas, criando alianças com outros povos, a partir da afirmação e do reconhecimento das diferenças. Há, assim, resistências e composições de movimentos políticos que se estabelecem entre ativistas de diversos segmentos.

Constituído, em princípio, enquanto uma intervenção estatal, o espaço permitiu a articulação política desses grupos, em que as situações de conflito que vivenciavam eram compartilhadas, bem como as formas de enfrentamento e suas resistências. No espaço, os povos e as comunidades tradicionais efetuam uma crítica permanente contra o Estado, denunciando-o, frequentemente, como um opositor, uma vez que suas demandas não são reconhecidas e são priorizados os projetos

de desenvolvimento que incidem violentamente sobre seus territórios e conhecimentos (WEDIG, 2021). Durante o II Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, que acompanhamos em 2014, foi possível observar como as assembleias de auditório, nas quais predominavam as discussões oficiais de representantes do Estado, eram, muitas vezes, substituídas pelos espaços de conversas informais no saguão e no pátio externo do prédio onde o evento ocorria. As/os integrantes dos povos trocavam informações sobre suas lutas e faziam discussões para o encaminhamento de suas questões.

É possível observar que as relações que eles estabelecem com o Estado vão no sentido de reivindicações por políticas públicas específicas, pela ampliação e pela garantia de direitos já estabelecidos e que são defendidos a duras penas diante dos processos legislativos, executivos e judiciários que têm ameaçado, constantemente, os seus modos de vida e a permanência em seus territórios. Neste sentido, vemos que há um embate frequente tanto na produção de regulações estatais quanto para a efetivação das leis já existentes, para que atendam às suas demandas. Nos termos de Paul Little (2002), os povos e as comunidades tradicionais enfrentam o avanço das políticas desenvolvimentistas sobre seus territórios e criam coletivamente a defesa de seus modos de vida em contraposição ao marco legal único do Estado. Nas mais diversas regiões do País, eles constroem redes de articulação política e transformam lutas locais em mobilizações de caráter nacional e internacional, para assegurar e ampliar direitos.

Uma dessas mobilizações internacionais que observamos ocorreu em 2014, quando a liderança indígena Sonia Guajajara<sup>4</sup>, integrante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), viajou à Europa para participar da reunião do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, na Suíça. Naquela ocasião, ela participou de atividades em várias universidades e denunciou, dentre outras questões, a construção das grandes hidrelétricas no Brasil, principalmente na Amazônia, que afetaram territórios indígenas e de outros povos tradicionais. Salientou, ainda, o envolvimento de grandes empresas internacionais nessas construções e destacou o direito ao processo de consulta direta e prévia aos povos afetados por essas obras, bem como a necessidade da garantia de seus direitos territoriais. Atividades internacionais assim,

---

4 Ela foi eleita Deputada Federal pelo Estado de São Paulo no ano de 2022 e, em 2023, foi nomeada como Ministra dos Povos Indígenas.

que são realizadas por diversas lideranças, de diferentes países, criam uma visibilidade maior para os problemas enfrentados, buscando apoio às suas lutas.

A partir de convenções internacionais, leis e outros dispositivos legais de reconhecimento, podemos perceber que, nas últimas décadas, alguns Estados têm buscado contemplar, formalmente, concepções multiétnicas e pluralistas, a fim de considerar a diversidade de grupos que compõem as sociedades nacionais. No entanto, mesmo com o avanço do reconhecimento legal, o que tem sido denunciado pelos povos e pelas comunidades tradicionais é que tais direitos não lhes são garantidos na prática, principalmente no que diz respeito à demarcação dos territórios. Eles denunciam os constantes limites burocráticos, políticos e econômicos para a efetivação dos direitos garantidos constitucionalmente. Realidade que é visível e pode ser constatada no fato de que, no Brasil, nos últimos anos, há quase que uma total paralisação das políticas de demarcações de terras indígenas, quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais, além das tentativas cada vez mais incisivas de retirada de direitos, por meio de projetos de emenda à Constituição, portarias e decretos, bem como de propostas de mudanças nos procedimentos administrativos de demarcação de terras, como o chamado Marco Temporal<sup>5</sup> e as mudanças previstas no Novo Código de Mineração<sup>6</sup>.

Portanto, observamos que a relação entre os segmentos dos povos e das comunidades tradicionais e os agentes do Estado é constantemente perpassada por tensões, em que ocorrem denúncias das práticas de sobrecodificação e de governamentalidade. É possível compreender que os coletivos tradicionais não param de construir formas de relações inventivas e criativas entre si, que se exercem, inclusive, contra os regulamentos administrativos. Escapam, portanto, da centralização e da totalização, constituindo espaços para expor suas reivindicações,

5 Propõe a alteração da Política de Demarcação de Terras Indígenas, a partir da qual só poderia reivindicar direitos sobre uma terra o povo indígena que já estivesse ocupando-a no momento da promulgação da Constituição Federal de 1988. Os povos indígenas têm se mobilizado contra tal proposta. Disponível em: <<https://apiboficial.org/marco-temporal/>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

6 Projeto que propõe que a mineração seja essencial à vida humana e de utilidade pública, de modo a facilitar sua prática no País, a partir da flexibilização na fiscalização das atividades minerárias e da dispensa de licença ambiental para as atividades de pesquisa mineral, o que traz a impossibilidade de demarcações de unidades de conservação e áreas de proteção ambiental, tombamentos e outras atividades (como as demarcações de terras indígenas, comunidades quilombolas e assentamentos da reforma agrária) que sejam impeditivas à mineração nas regiões visadas pelas empresas. Disponível em: <<https://sul21.com.br/opiniaio/2021/11/carta-aberta-alerta-sobre-os-perigos-do-novo-codigo-da-mineracao/>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

se opor às formas de opressão e demandar reestruturações nas políticas públicas e o reconhecimento de suas alteridades.

## **REIVINDICAÇÕES DA REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO PARANÁ**

A Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, criada a partir de 2008, se organiza por meio de segmentos que afirmam suas identidades políticas, ligadas a denominações locais assumidas e articuladas a processos de luta mais amplos. Tais segmentos, diferentes entre si, são compostos pelas mais diversas formações étnicas e têm formas diversas de se relacionar com a terra. Eles estabelecem relações entre si em âmbito local, regional e nacional. Realizam reuniões, encontros, seminários, manifestações e participam de audiências públicas, buscando tanto a aplicação dos direitos já garantidos quanto a sua ampliação, a partir de propostas de políticas públicas. Nos seus encontros, produzem textos, cartas, abaixo-assinados e cartilhas, que expressam suas reivindicações, as quais se tornam bases para a organização da luta e para suas ações coletivas (WEDIG, 2015; 2020).

Presenciamos que, em suas reuniões, eles realizam discussões entre os ativistas dos segmentos e mediadores ligados a ONGs e universidades, buscando traduzir, coletivamente, suas reivindicações para uma linguagem compreensível aos aparatos estatais. Ademais, constroem articulações com outras associações, entidades e movimentos sociais que contribuem com as mobilizações, por meio do compartilhamento de experiências de lutas em outros lugares. As suas relações com o Estado podem ser observadas em várias circunstâncias, como, por exemplo, na criação e na participação em comissões, conselhos e outras mobilizações. Os integrantes da Rede participam da Comissão Nacional, que, conforme assinala Hamilton – uma das lideranças faxinalenses –, funciona da seguinte forma:

Lá na Comissão Nacional – na qual eu represento os faxinalenses –, todos os segmentos tradicionais do Brasil têm representação e se conhecem. As lutas são parecidas, a reclamação é a mesma, de Norte a Sul do Brasil: é o agronegócio, é o governo, que não anda; é o governo, que acha que nós somos o atrapalho para o desenvolvimento,

porque o que vale é a soja e os dólares da exportação, isso é o que vale. Atrapalhou esse projeto, não serve; e é por isso que as coisas não acontecem [as reivindicações dos povos não são atendidas]. [Fala em reunião da Rede Puxirão, em novembro de 2013].

No âmbito do Estado do Paraná, a Rede Puxirão se mobilizou para a criação do Conselho Estadual dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (CPICT), cuja aprovação ocorreu em dezembro de 2012. O CPICT é percebido pelos integrantes dos segmentos como uma possibilidade de pressionar o Estado a atender às suas demandas e, também, como um espaço onde os próprios grupos podem se encontrar regularmente e se fortalecer entre si. Ele opera como um órgão colegiado, consultivo, deliberativo e fiscalizador, com a finalidade de garantir o “exercício efetivo dos direitos sociais, ambientais, econômicos, culturais e religiosos” dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (Lei Estadual nº 17.425/2012, art. 3º). O Conselho tem estrutura paritária entre os representantes governamentais e os representantes dos povos e das comunidades tradicionais que são atualmente reconhecidos pelo Estado do Paraná, a saber: “benzedeiras e benzedores, ciganas e ciganos, cipozeiras e cipozeiros, comunidades de terreiro (religiões de matriz africana), faxinalenses, ilhéus, indígenas, pescadores e pescadoras artesanais e ribeirinhos, quilombolas, entre outros que se autorreconheçam” (Lei 17.425/2012, art. 5º).

Para a Rede Puxirão, o Conselho é percebido como resultado da articulação entre os diversos povos e da pressão feita sobre distintos governos para que a política estadual fosse aprovada. A sua criação permite pressionar o Estado, por meio da reivindicação de leis que garantam direitos para a continuidade dos seus modos de vida. Em suas lutas, os referidos coletivos se propõem a aprender a linguagem estatal. Para eles, a lei tanto oprime quanto pode permitir o acesso a direitos. A luta que se constrói “*pela lei*” é, de certo modo, uma forma de denunciar as tentativas de aniquilamento das alteridades, fruto de um processo colonial de sobrecodificação dos territórios desses grupos pelo Estado, de modo a pressionar os órgãos públicos para o seu reconhecimento. Os ativistas que participam dos espaços de debate com o Estado salientam a necessidade de aprender o funcionamento dos diversos órgãos públicos, bem como de traduzir suas reivindicações para a linguagem dessas estruturas.

Eles realizam traduções de suas questões locais para a linguagem estatal, a fim de dar encaminhamento às suas demandas. Para isso, contam com o auxílio de técnicos, advogados, professores e outros profissionais de entidades apoiadoras que realizam cursos de formação nos quais os conhecimentos são intercambiados e se constroem coletivamente possibilidades de negociação. Assim é que saberes locais são traduzidos para a linguagem do Estado, bem como as normatizações estatais são apreendidas pela Rede Puxirão, produzindo uma linguagem cujo objetivo é ser inteligível entre eles. Além dessas atividades, ativistas da Rede Puxirão estão envolvidas/os em diversas outras organizações e lutas, que não conseguiremos descrever aqui, pela limitação da extensão possível deste texto, mas que foram analisadas em outros escritos (WEDIG, 2015; 2020; 2021; WEDIG; RAMOS, 2020).

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste artigo, consideramos o modo como os povos e as comunidades tradicionais têm constantemente denunciado o conjunto de políticas de desenvolvimento que se orientam em uma lógica colonizadora. Eles questionam e denunciam tais projetos, que não levam em conta seus modos de vida e suas territorialidades. Salientam também que as referidas intervenções os consideram como grupos em processo de desaparecimento, razão pela qual atuam sobre eles com o intuito de torná-los modernos, ligados a um padrão hegemônico de poder, que classifica seus modos de existência como atrasados.

Conforme destaca José Carlos dos Anjos (2019, p. 519-520), no País, ocorre a produção de uma invisibilidade dos referidos povos, que restaura, constantemente, o colonialismo “como o passado persistente”, que atua sobre os “corpos quilombolas, indígenas” e de outras comunidades, privilegiando as alianças de “poderes estatais” e latifundiários contra esses povos. Opondo-se às categorias estatais, que os enquadram dentro de uma linha geral de pobreza, remetida sempre à ideia de falta ou, então, dirigindo-lhes políticas públicas que pretendem a sua modernização, os citados coletivos se contrapõem a tais formulações, afirmando suas diferenças, seus conhecimentos e seus territórios como espaços de vida.

Os espaços institucionais, como no caso dos conselhos, são demandados pelos povos e pelas comunidades tradicionais como cruciais para o diálogo com aqueles que têm o poder relacionado à tomada de



decisões sobre seus territórios. São espaços que operam como possibilidade de reivindicar e exigir a efetivação de direitos, num cenário em que se veem cada vez mais ameaçados. Portanto, esses grupos realizam formas de ação *com* e *contra* o Estado, quando passam a participar e reivindicar outras instâncias de interlocução e diálogo. Mesmo com os processos de captura instituídos por uma série de dispositivos estatais que criam regramentos e sobrecodificações sobre os territórios dos povos, eles reinventam e elaboram modos de resistência e formas políticas de organização e de ação coletiva.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: DELGADO, Nelson (Org.). **Brasil Rural em Debate**. Brasília: MDA/SDT e IICA, 2010, p. 137-213.

ANJOS, José Carlos dos. Brasil: uma nação contra as suas minorias. **Revista de Psicanálise da SPPA**, v. 26, nº 3, p. 507-522, 2019.

CEFAÏ, Daniel; VEIGA, Felipe Berocan; MOTA, Fábio Reis. Introdução. In: CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marco Antônio da Silva; MOTA, Fábio Reis; VEIGA, Felipe Berocan (Orgs.). **Arenas Públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DUSSEL, Enrique. **O encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

ESCOBAR, Arturo. **El Final del Salvaje**. Naturaleza, Cultura y Política en la Antropología Contemporánea. Santafé de Bogotá: Giro Editores Ltda., 1999.

ESCOBAR, Arturo; PARDO, Mauricio. Movimentos sociais e biodiversidade no Pacífico Colombiano. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos caminhos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 341-374.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 8-23.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: DAN/UnB, 2002.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, nº 3, 2014, p. 935-952.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder: Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 117-142.

SHIRAISHI NETO, Joaquim (Org.). **Direitos dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Manaus: UEA, 2007.

STENGERS, Isabelle. **Au temps des catastrophes: résister à la barbarie qui vient**. Paris: La Découverte, 2009.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WEDIG, Josiane Carine. **Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná: luta pelo território e pela diferença**. Tese em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Rio de Janeiro: Seropédica, 2015.

WEDIG, Josiane Carine. Acontecimentos e memórias da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná. **Anuário Antropológico**, 45 (1):213-31, 2020.

WEDIG, Josiane Carine. “Conhecimento não se vende”: a colonialidade e o embate de perspectivas sobre os conhecimentos tradicionais. **Civitas**, 21 (2): 334-343, 2021.

WEDIG, Josiane Carine; RAMOS, João Daniel Dorneles. A Colonialidade nas Práticas de Saúde e as Resistências de Benzedeadas e Mães de Santo. **Mediações**, v. 25: 488-503, 2020.